

Vem recessão, alerta Abreu

Deficit Público

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, disse, ontem, que prevê uma recessão em 88, independentemente das medidas que o governo começa a tomar para conter o déficit público. "A recessão virá pela própria desorganização financeira do setor público", disse. O ministro defendeu também a diferenciação dos reajustes de salários para os setores público e privado da economia.

"Acho que no setor privado a negociação deve ser livre. Já para o setor público, é preciso que haja balizamentos. Quando o governo é o patrão, precisa se submeter a regras de política salarial", afirmou o ministro. Estas regras estão ainda em estudo pelo governo, acrescentou.

Abreu elogiou a limitação dos empréstimos ao setor público, determinada ontem pelo ministro da Fazenda, e disse não esperar rea-

ções negativas de governadores e prefeitos, cujos programas serão enguidos pela medida. "Acredito que a classe política também já se convenceu da necessidade de sacrificar para a redução do déficit público", disse.

O ministro do Planejamento previu que as empresas estatais deverão sofrer mais do que estados e municípios com a limitação dos empréstimos. Ele chegou a dizer que a participação destes últimos no déficit público poder-se-á manter no mesmo nível de 87,45% do PIB — o que deixaria todo o peso do ajuste sobre as estatais.

AGORA, CORTES

Depois do contingenciamento de crédito ao setor público e das medidas de controle sobre a liquidez, o governo adotará agora cortes no Orçamento Geral da União e das empresas estatais, e reverá a política de reajustes das tarifas públicas, informou, ontem, um assessor dire-

27 FEV 1989
to do ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega. Com estas medidas, o governo espera reduzir em mais 2% do Produto Interno Bruto (PIB) o déficit potencial de 1988.

O auxiliar informou que os cortes no Orçamento Geral da União e sua revisão ficarão a cargo da Secretaria de Orçamento e Finanças do Ministério do Planejamento (SOF). Até o final de março, o orçamento revisto deverá ser divulgado. Os cortes atingirão, segundo o colaborador do ministro Maílson da Nóbrega, as áreas de custeio e investimento.

No campo dos investimentos, serão atingidos os novos programas, mas aqueles da área social serão preservados, atendendo à orientação do presidente José Sarney. Na área de custeio, a margem de cortes não é grande, mas a redução terá que ocorrer "de qualquer maneira", segundo o assessor, porque os programas sociais não poderão ser afetados.